

Passada que está a quadra festiva, com a esperança e as energias renovadas, regressamos ao vosso contacto com as informações relativas aos últimos desenvolvimentos que sofreram as matérias que tanto nos tem preocupado nos últimos meses e que concerteza irão continuar a constituir preocupação durante este ano pois o quadro que se avizinha é de continuação do ataque aos nossos poucos direitos adquiridos decorrentes da nossa Condição Militar.

OS DIPLOMAS DA ASSISTÊNCIA NA DOENÇA E DA RESERVA E REFORMA

Do debate no plenário da Assembleia da República sobre a apreciação parlamentar dos diplomas relativos às alterações no regime de assistência na doença e das regras de passagem às situações de reserva e reforma, que decorreu no passado dia 9 de Dezembro resultaram duas situações:

- A proposta de suspensão dos dois diplomas (DL nº166/2005 e 167/2005) apresentada pelo grupo parlamentar do CDS-PP foi agendada para votação em 15 de Dezembro. Desta votação resultou o chumbo da mesma uma vez que, apesar de todos os grupos parlamentares da oposição (PSD, CDS-PP, Verdes, BE e PCP) terem votado favoravelmente, o grupo parlamentar do PS, em maioria, votou contra. Não se deixa no entanto de realçar o facto de a oposição, em bloco, estar contra estes diplomas bem como a forte censura que o Governo foi alvo por parte destes grupos parlamentares pela forma como conduziu todo este processo legislativo;

- Os dois diplomas desceram a debate na especialidade na Comissão de Defesa Nacional uma vez que o grupo parlamentar do PCP apresentou um conjunto de propostas de alteração dos dois diplomas no sentido de repor alguns dos anteriores direitos mais lesivos da Condição Militar.

A Comissão de Defesa Nacional levou a efeito, na primeira semana de 2006, uma ronda de audições sobre estas matérias, envolvendo o Secretário de Estado da Defesa, o Almirante CEMGFA, as quatro associações de militares (ANS, AOFA, APA e ASMIR) e os três Chefes de Estado-maior dos Ramos.

A audição das associações decorreu no dia 4 de Janeiro e a ANS esteve representada pelo Presidente da direcção, António Lima Coelho. Ali tivemos oportunidade não só de demonstrar as dificuldades e problemas que estes diplomas estão a causar às Forças Armadas, como também de denunciar de viva voz a forma repressiva, ardilosa e demagógica como o Governo produziu esta legislação, recorrendo por vezes à mentira, tentando colocar a opinião pública contra os militares, como o tem feito de resto com outros grupos profissionais do Estado.

Estamos neste momento a aguardar as conclusões da Comissão de Defesa sobre esta matéria, esperando que, na casa mãe da democracia, se faça JUSTIÇA!

OS PROCESSOS DISCIPLINARES

No dia 22 de Dezembro os presidentes das três associações (ANS, APA e AOFA) reuniram com o Almirante CEMGFA tendo este reafirmado a vontade de manter estes contactos regulares para troca de impressões. A questão dos processos disciplinares dominou a reunião, não tendo no entanto avançado nada quanto às conclusões do processo de averiguações que mandou instaurar há quase seis meses e no qual estão envolvidos os três presidentes das associações.

Quanto aos 18 processos disciplinares a nível dos Ramos, que resultaram na punição com repreensões dos respectivos militares, bem como o do Presidente da APA, Luís Reis, punido com três dias de detenção, encontram-se neste momento em fase de Reclamação ou Recurso

Hierárquico para os Chefes dos Ramos. Caso estes recursos sejam indeferidos os processos seguem para recurso contencioso em Tribunal, pelo que mais uma vez se apela a todos os camaradas para a dinamização da recolha de fundos para o Fundo de Solidariedade anteriormente divulgado e que destina a custear as despesas judiciais.

A título informativo este Fundo conta já neste momento com mais de 5000 Euros na conta da CGD o que, não deixando de constituir uma prova da generosidade e solidariedade de todos quanto contribuíram, ainda não é suficiente para suportar as despesas com o elevado numero de processos e eventuais recursos que se afigurem necessários.

Quanto ao processo disciplinar de que foi alvo o Vice-presidente da ANS, José Pereira, por ter prestado declarações à imprensa na Reunificação da Família Militar, em 13 de Novembro, na antiga FIL, encontra-se a aguardar o desfecho do processo tendo já sido entregue ao Oficial Instrutor a sua defesa à nota de culpa.

ADM

Com o aproximar de 2006 começaram a avolumar as dúvidas sobre a aplicação das novas regras de assistência na doença aos militares e respectivos agregados familiares, uma vez que a legislação foi feita de forma dúbia e pouco esclarecedora, remetendo em muitos aspectos essenciais para legislação a produzir posteriormente.

Além disso o próprio processo de fusão dos anteriores subsistemas e a criação deste novo sistema carece de tempo para ser efectuado pois necessita de uma grande estrutura de meios humanos e materiais que será difícil disponibilizar no imediato.

Para a implementação do novo sistema ADM e elaboração do Regulamento da ADM, foi criado por despacho ministerial, um grupo de trabalho no seio do MDN, integrando representantes dos Ramos, do IASFA e do MDN e chefiado pelo Gen. Cerqueira, Secretário-geral do MDN.

A ANS, representada pelo Presidente da direcção, António Lima Coelho, bem como representantes da APA, AOFA e ADFA, esteve presente na sétima reunião deste grupo de trabalho, por convite, a título particular, do Gen. Cerqueira. Em anexo a esta mensagem encontra-se o parecer por nós apresentado e que permite esclarecer todo o quadro.

A integração das associações nos grupos de trabalho, conforme determina a Lei, ainda não está a ser cumprida...

Para dia 12 de Janeiro está agendada uma nova reunião deste grupo de trabalho, da qual atempadamente daremos conta.

AGENDA

A partir de agora é importante que todos nos concentremos na preparação das comemorações do Dia Nacional do Sargento pelo que se apela a todos os delegados que comecem desde já a tratar da organização das iniciativas a nível local, ficando também o apelo a todos os camaradas que colaborem com os delegados das suas unidades ou núcleos no sentido de que também estas comemorações tenham, para além do significado evocativo, um sentido de prolongamento da nossa luta e sejam demonstrativas da unidade dos Sargentos de Portugal.

- 9 de Janeiro – Reunião de Direcção
- 10 de Janeiro – Reunião da CPR-FAP
- 11 de Janeiro – Reunião da CPR-ARMADA
- 12 de Janeiro – Reunião da CPR-EXE
- 16 de Janeiro – Reunião das associações de militares com organismos representativos das Forças de Segurança
- 28 de Janeiro – Comemoração em Lisboa do 115º aniversário do 31 de Janeiro de 1891 – Dia Nacional do Sargento